

SUMÁRIO

PARTE I • CONFLITOS FAMILIARES E SUA ABORDAGEM EM JUÍZO

Conrado Paulino da Rosa

1		
A FAMÍLIA NA JUSTIÇA		19
2		
AÇÕES DE FAMÍLIA COM RELEVANTE APLICAÇÃO DA PERÍCIA		25
2.1 Guarda de filhos		26
2.2 Convivência familiar		36
2.3 Alienação Parental		45
3		
O PAPEL DAS PERÍCIAS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA		65
3.1 A prova pericial no direito brasileiro		66
3.2 Nomeação do perito e relevância do assistente técnico		74
3.3 A entrega do laudo e as posturas a serem adotadas		82
4		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		89

PARTE II • AVALIAÇÃO PERICIAL PSICOLÓGICA NOS PROCESSOS DE FAMÍLIA

Glicia Barbosa de Mattos Brazil

1		
O FUNDAMENTO DA PERÍCIA PSICOLÓGICA		95
1.1 Fundamento constitucional da perícia psicológica		95

1.2 Fundamentos legais da perícia psicológica.....	98
1.3 Fundamentos da categoria profissional para a realização de perícia psicológica.....	98

2

NATUREZA JURÍDICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO ÂMBITO FORENSE	115
---	------------

3

LAUDO PSICOLÓGICO	117
3.1 Conceito e finalidade do Laudo Psicológico – Artigo 13 da Resolução 06/2019 do CFP.....	117
3.2 Como deve ser escrito o Laudo Psicológico de acordo com o Conselho Federal de Psicologia	118
3.3 Estrutura do Laudo Psicológico nos moldes da Resolução 06/2019 do CFP.....	119
3.4 Estrutura de Laudo nos moldes do Artigo 473 do CPC – Lei 13.105/2015.....	124
3.5 Instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente.....	127
3.5.1 Consideram-se fontes de informação	127
3.6 Laudo tem que ser conclusivo e propositivo	130
3.7 Importância do prognóstico nos Laudos Psicológicos	135
3.8 A importância do diálogo entre os peritos e assistentes técnicos	136

4

PERÍCIA PSICOLÓGICA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL E DEPOIMENTO ESPECIAL.....	135
---	------------

5

ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES TÉCNICOS DAS PARTES	139
5.1 Perícia Complexa.....	144
5.2 Ausência de compromisso legal.....	145
5.3 Compromisso ético	146
5.4 Autonomia técnica do psicólogo assistente técnico	147
5.5 Quesitos.....	148

6

QUADRO SINÓTICO SOBRE AS ATUAÇÕES COMO PSICÓLOGO PERITO E COMO ASSISTENTE TÉCNICO	151
--	------------

7

QUANDO A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO NÃO TEM NATUREZA PERICIAL	157
7.1 Reavaliação psicológica	157
7.2 Auxílio do psicólogo em audiência	159
7.3 Distinção entre perícia e Depoimento Especial	162
7.4 Acompanhamento psicológico nos casos de reconstrução de vínculo..	166
7.5 Acompanhamento psicológico nos casos de tratamento compulsório	170
7.6 Visitas assistidas no interior do fórum ou em entidades conveniadas....	171

8

DOCUMENTOS PSICOLÓGICOS	173
8.1 Princípios técnicos e éticos na produção de documentos	173
8.1.1 Princípios técnicos (qualidade)	176
8.1.2 Princípios da linguagem técnica	177
8.1.3 Princípios éticos	180
8.2 Distinção entre Laudo Psicológico e Parecer Psicológico	182

9

QUESTÕES ÉTICAS DO COTIDIANO DOS PSICÓLOGOS NA ESCRITA DE LAUDOS JUDICIAIS: UMA DISCUSSÃO.....	185
9.1 A exigência relacionada ao trabalho com perícias	185
9.2 Sigilo <i>versus</i> responsabilidade na proteção integral de crianças e adolescentes	187
9.3 Violência psicológica e o sofrimento de crianças e adolescentes	192
9.4 A participação do assistente técnico na entrevista pericial	192
9.5 Dúvida sobre a capacitação: psicanalista pode ser indicado como assistente técnico em caso de perícia psicológica?.....	195

PARTE III • AVALIAÇÃO PERICIAL PSIQUIÁTRICA NOS PROCESSOS DE FAMÍLIA

Alcina Juliana Soares Barros

1

INTRODUÇÃO	199
-------------------------	------------

2

HABILITAÇÃO AO TRABALHO PSIQUIÁTRICO-FORENSE	203
---	------------

3

TÉCNICA PERICIAL PSIQUIÁTRICA	207
3.1 Aspectos gerais	207
3.2 Qualidades essenciais do laudo psiquiátrico forense	208
3.3 Estrutura do laudo psiquiátrico forense	210
3.4 Ética pericial	217
3.5 Atuação do perito judicial e produção do laudo	218
3.6 Atuação dos assistentes técnicos das partes e produção dos pareceres ...	220
3.7 Elaboração de quesitos para a perícia judicial	221
3.8 Respostas aos quesitos formulados	222

4

TEMAS ESPECIAIS	223
4.1 Perícias de curatela e tomada de decisão apoiada	223
4.1.1 Alertas técnicos em perícias de curatela/tomada de decisão apoiada	232
4.2 Perícias de guarda e convivência familiar	234
4.2.1 Qualidades do psiquiatra habilitado para perícias de guarda e convivência familiar	239
4.2.2 Etapas do trabalho pericial psiquiátrico	239
4.3 Convivência familiar mediada, assistida ou tutelada	243
4.4 Alienação parental <i>versus</i> distanciamento justificado de um dos pais	245

4.5	Abuso infantil: abuso físico, emocional, sexual, negligência, Síndrome de Münchausen por Procuração e abuso fetal	251
4.6	Verdadeiras e falsas alegações de abusos infantis em processos de guarda e convivência familiar	256
4.7	Ideia supervalorizada no contexto de família	258
4.8	Transtornos mentais, incluindo os transtornos por uso de substâncias e os transtornos graves da personalidade, nos periciandos	259
4.9	O psiquiatra que realiza Depoimento Especial nos processos de família	263
5		
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
	REFERÊNCIAS	267